

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO ESTADUAL DO PLANO NACIONAL DE  
EDUCAÇÃO – GOIÁS**

**COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2024–2034  
(PL 2614/2024)**

Data: 23 de junho de 2025 | Início: 9h23 | Término: 12h15

Local: Auditório da Secretaria de Estado da Educação de Goiás – SEDUC/GO

Endereço: 5ª Avenida, nº 72, Setor Leste Vila Nova, Goiânia-GO

No dia 23 de junho de 2025, foi realizado em Goiânia-GO o Seminário Estadual do Plano Nacional de Educação, promovido pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados responsável pela análise do Projeto de Lei nº 2.614/2024. O evento ocorreu no auditório da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC) e reuniu autoridades públicas, parlamentares, educadores, pesquisadores, gestores e representantes da sociedade civil organizada.

A atividade foi organizada em parceria pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC), o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO) e o Fórum Estadual de Educação (FEE-GO), com apoio da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME-GO e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Goiás – UNCME-GO.

A programação contou com duas mesas principais. O relator do PL 2614/2024, Deputado Federal Moses Rodrigues (União-CE), participou ativamente de todo o seminário, integrando as duas mesas e permanecendo durante todas as falas, intervenções e debates. O parlamentar respondeu a todas as indagações que lhe foram direcionadas, além de esclarecer dúvidas técnicas e políticas sobre o conteúdo e a tramitação do PL 2614/2024.

A abertura foi conduzida pela Secretária de Estado da Educação de Goiás, Professora Fátima Gavioli, que representou o Governador Ronaldo Caiado. A secretária destacou que o Brasil precisa de um PNE exequível, compatível com os orçamentos dos entes federativos, e criticou propostas que pretendem responsabilizar juridicamente os gestores pelo não cumprimento de metas. Pontuou ainda que o plano deve reafirmar metas ainda não cumpridas e evitou apoiar uma fragmentação em excesso de metas, alertando que o texto atual, com 3.070 emendas, corre o risco de se tornar uma “colcha de retalhos”. Questionou também a eficácia do aumento dos dias letivos e da política de tempo integral no ensino médio, e defendeu maior escuta dos secretários estaduais na construção do PNE.

O Deputado Federal Professor Alcides (PL-GO), responsável pela iniciativa e coordenação do evento, salientou os baixos resultados obtidos pela educação brasileira em exames como o PISA e no IDEB, afirmando que o desafio é mais de gestão do que de orçamento. Enfatizou que o ensino médio precisa ser mais atrativo para os estudantes e que muitos alunos concluem os anos iniciais do ensino fundamental sem saber ler e escrever. Defendeu que o PNE deve trazer metas desafiadoras, mas exequíveis.

O relator, Deputado Moses Rodrigues, reafirmou seu compromisso com a neutralidade política e técnica na relatoria do PL. Informou que o projeto já recebeu mais de 3 mil emendas e que todas estão sendo analisadas em conjunto com o MEC, Senado Federal e entidades do setor. Detalhou os 18 objetivos e as principais metas previstas no texto, destacando a necessidade de

combater o abandono escolar, expandir a educação em tempo integral, melhorar o financiamento e valorizar a carreira docente. Destacou o desafio da formação de professores em licenciaturas específicas, o papel estratégico da educação profissional e a necessidade de investimento público robusto. Encerrou sua fala afirmando que este será o maior Plano Nacional de Educação da história do Brasil.

Na mesa técnica, a Professora Sueid Mendonça Carvalho defendeu a construção de um plano viável e que reflita a escuta qualificada dos diversos atores educacionais. Afirmou que o texto precisa ser amplamente conhecido pela sociedade e que todos os segmentos educacionais – públicos e privados – devem ser alcançados.

A Professora Lueli Nogueira Duarte, presidente do Fórum Estadual de Educação de Goiás e membro do Fórum Nacional, reforçou que o PNE deve ser o epicentro das políticas públicas educacionais, com foco na equidade, qualidade e superação das desigualdades regionais. Disse que o Fórum colaborou com emendas ao texto, em articulação com entidades como ANPAE, ANPED, ANFOPE, FórumDIR e SEDES. Defendeu prazos intermediários, regulamentação da EAD, financiamento contínuo e fortalecimento da formação docente com planos de carreira e política de saúde mental.

Durante as intervenções da plenária, o Professor Fernando Nader alertou para as falhas do atual modelo metodológico de alfabetização, relacionando o analfabetismo funcional a problemas sociais graves como violência e drogas. A Professora Denise, da Faculdade de Educação da UFG e representante da ANFOPE, reforçou a centralidade do financiamento e da valorização dos profissionais da educação. O Professor Eduardo Vieira, presidente da Câmara de Educação Básica do CEE-GO, criticou a visão reducionista da inclusão escolar baseada apenas no número de matrículas e defendeu serviços especializados mais amplos para estudantes da educação especial.

A Professora Karine Moraes propôs a inclusão de um novo objetivo voltado à educação socioambiental. O Professor Márcio Leite abordou a experiência da alfabetização em família no estado e sugeriu integração da EJA com a educação profissional. A Professora Ana Flávia, da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, defendeu maior valorização da formação de gestores escolares e maior participação das famílias. A Professora Valdenise apresentou por escrito duas propostas de alteração ao objetivo 16, defendendo a inclusão do estágio obrigatório das licenciaturas no texto do PNE e a autonomia dos sistemas de ensino. A Professora Zilda criticou a revogação do programa Criança Alfabetizada e defendeu a alfabetização na idade certa. O auditor Roberto Coutinho, do TCM-GO, apontou a necessidade de desagregação dos dados educacionais pelo IBGE em nível municipal, pois hoje só há painéis por unidades federativas.

Durante as considerações finais, o relator Deputado Moses Rodrigues reiterou os desafios da EJA, da alfabetização e da relação com as famílias,

destacando que diversas emendas tratam dessas temáticas. Defendeu o papel do Congresso Nacional em garantir o equilíbrio entre ambição e realismo no PNE, além de reafirmar o compromisso com o diálogo com a sociedade brasileira.

Por fim, foram registradas contribuições por escrito, ainda que seus autores não tenham tido tempo para manifestação oral. O Professor Márcio Leite (presidente do Conselho Municipal de Educação de Anápolis) sugeriu aposentadoria especial para professores e criticou os 200 dias letivos. A senhora Isabella (mãe e profissional da saúde) defendeu alfabetização precoce e liberdade de escolha dos métodos educacionais. A senhora Letícia (mãe) posicionou-se contrariamente à obrigatoriedade do tempo integral na educação infantil, defendendo o envolvimento direto dos pais na alfabetização.